



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

ESAF, BRASÍLIA, DF, 2 DE SETEMBRO DE 1996

Senador José Sarney; Ministro Pedro Malan; Senhores Embaixadores que nos dão a honra da presença; Senhor Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Murilo Portugal; Senhor Diretor do Departamento Fiscal do Fundo Monetário, Dr. Victor Tanzi; Senhora Diretora-Geral da ESAF, Fátima Cartaxo; Senhores Profissionais do setor de finanças públicas; Senhoras e Senhores;

Serei realmente brevíssimo, porque tenho uma viagem dentro de pouco tempo. Mas não poderia deixar de significar diretamente o fato de que nós, aqui, hoje, estamos numa data muito importante.

O Presidente Sarney mencionou o essencial no que diz respeito à visão da economia. O Ministro Malan, assim como o Dr. Murilo Portugal, especificamente em relação à ação do Tesouro, da mesma forma o fizeram.

Nós, que temos experiência política – o Senador Sarney a tem maior que a minha; não que seja mais velho –, sabemos que uma das nossas dificuldades maiores em manifestações públicas, como em comícios, é que, com o passar do tempo, quando vamos ficando pessoas mais conhecidas, somos os últimos a falar. E os oradores que nos

precedem “roubam” o nosso discurso. Em campanha eleitoral, então, é imbatível, porque às vezes há dois discursos só, e, até mesmo por pilhéria, os que nos antecedem falam o que vamos dizer para ver se temos capacidade de imaginar um outro discurso de improviso.

Bom, eu não diria que o que foi dito aqui seria dito por mim, que não tenho a competência nem do Pedro Malan nem do Murilo Portugal, em matéria específica; tampouco tenho a competência política do Senador Sarney. Eu não diria a mesma coisa. De toda forma, eu queria simplesmente juntar a minha voz ao que aqui foi dito. Primeiro, quanto às homenagens, que não são homenagens, são reconhecimentos.

Na verdade, a reorganização do Tesouro Nacional, feita na administração do Presidente Sarney e com o entusiasmo do Andrea Calabi, merece um registro todo especial. O Presidente Sarney disse, e é verdade, que nós, que temos experiência de governo, sabemos como é difícil para o Presidente da República ter uma informação adequada e, mais ainda, ser capaz de acompanhar o que está ocorrendo na administração.

Muitas vezes – e me recordo de que o Presidente Sarney me disse isso numa ocasião, quando assumira o Governo – toma-se a decisão e, algum tempo depois, vai se ver, não aconteceu nada. E não aconteceu nada, não porque alguém se opusesse, mas simplesmente porque não há um instrumento adequado para fazer com que a ordem dada chegue à ponta da linha, muitas vezes porque existe uma inércia natural na administração. Se não há mecanismos de controle, não se consegue produzir um resultado.

Pois bem, a organização do Tesouro Nacional foi um passo importante no sentido de permitir que se pudesse ter uma política fiscal mais adequada, e até mesmo uma política monetária mais competente. É fundamental que exista esse encadeamento. Isso se deve ao denodo daqueles que o organizaram. Mencionei o nome do Calabi, mas, ao fazê-lo, certamente estou mencionando o nome de todos aqueles que cooperaram nesse imenso esforço, como o Pedro Parente, que aqui está e que continua com esse imenso esforço, agora num âmbito mais amplo.

Esse imenso esforço é sem fim, não termina nunca. E assim deve ser mesmo. Nós estamos dando continuidade a esse processo. Eu

vi, quando Ministro da Fazenda, a importância do Tesouro Nacional. E, aqui, quero fazer um registro, também, pessoal: poucos funcionários do Brasil têm a capacidade de trabalho, a dedicação, a competência do Murilo Portugal. Aprendi a admirá-lo quando eu era Ministro da Fazenda. O Murilo sabe que meu jeito é informal, eu gosto muito de brincar com as pessoas, sempre brinquei muito com ele, o tempo todo. O Murilo foi um colaborador eficiente e continua sendo esse mesmo colaborador eficiente, agora sob a batuta muito mais competente que a minha, a do Ministro Pedro Malan, que é do ramo.

A verdade é que, ao descrever – e os que me antecederam já o fizeram – esses processos, nós estamos significando simplesmente o seguinte: a mudança é um processo e existe uma certa continuidade necessária e um aperfeiçoamento necessário.

O Presidente Sarney foi generoso ao dizer que nós estamos rompendo com uma tradição. Eu queria lembrar ao Presidente Sarney que, há pouco mais de um ano, quando eu era Ministro da Fazenda, veio o ministro Delfim a meu lado, coisa que não era habitual em outras épocas – eu era Ministro da Fazenda, ele era Deputado –; e, como o Ministro Delfim tem papel importante na reorganização das finanças, nós o convidamos para participar de uma reunião, porque acredito que esse é o espírito que deve presidir uma mudança madura, um espírito em que não se reivindica tábua rasa pelo que foi feito, mas, pelo contrário, se entende que são passos sucessivos, que, eventualmente, no decorrer do processo, se muda o sentido, porque há um amadurecimento, há complexidade crescente no processo decisório, nos mecanismos de coordenação, que permite, depois de algum tempo dizer: “Ah, isso era assim, ficou assim.”

Há uma continuidade no processo de mudança. Não há contradição entre esses termos. Diga-se de passagem que, nos bons tempos em que pude me dedicar mais à sociologia, muitas obras tinham o subtítulo “Continuidade e mudança”, porque é do processo, mesmo, social de transformação reconhecer que existem aspectos reiterativos, que vão amadurecendo e vão avançando.

Creio que, retornando ao que disse o Ministro Pedro Malan, existe algo que convém sublinhar: é a questão da normalidade.

No sábado, eu estava em São Paulo e fui ao teatro assistir a um grupo mímico francês. E a todo instante eles diziam: “*Normalement c’est pas normal.*” Quer dizer: normalmente não é normal. Pois bem, é verdade: a normalidade não é normal, ou não era normal num país como o nosso. E nós costumamos a chegar a uma adaptação, a uma situação de normalidade. Muita gente continua pensando que vai ocorrer um cataclisma, um choque. Não, não vai acontecer mais nada disso, porque o símbolo, mesmo, da maturidade de um país, de uma sociedade é o fato de que ela tem um certo horizonte de previsibilidade. E essa previsibilidade deriva, precisamente, de que as mudanças se dão dentro de um *continuum*.

É claro que em certos momentos da história há rupturas, há revoluções. Mas são fatos raríssimos. Mesmo as revoluções são conseqüências de várias mudanças que não se percebem muito freqüentemente com aquela nitidez e que, de repente, aí, sim, surge um de repente que rompe. Mas esse não é o processo de transformação moral. Quanto mais complexa, quanto mais modernizada é uma sociedade, mais os processos se dão dentro de parâmetros que são, digamos, normais. Isso, às vezes, até perde o interesse jornalístico, artístico, até existencial, porque as coisas se repetem; dá impressão, então, de que não está acontecendo nada. Mas está. Há muitas transformações que são como se fossem revoluções brancas.

O Brasil está passando por uma revolução branca, está passando por uma imensa transformação. E o que assegura essa normalidade, não nos iludamos, é o fato de que conseguimos estabelecer um sistema político capaz de dar seqüência a decisões e de impedir que haja crises institucionais.

Eu sempre tive muito empenho – o Presidente Sarney sabe disso, ele participa desse mesmo ponto de vista – na manutenção de uma relação correta entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Por quê? Porque, se não houver essa relação correta; se não for possível estabelecer um marco de referência no processo de interação dos po-

deres da República; se não for possível entender que, numa democracia, a diversidade é constitutiva dela e que, portanto, haverá divergências e, vez por outra, haverá conflitos e que os conflitos devem ser o quanto possível negociados, não se tem esse quadro de previsibilidade e de normalidade que é o quadro necessário para permitir que a sociedade amadureça, se transforme e resulte em benefício para a maioria da população.

Todo o esforço que temos feito na questão, que já foi mencionada pelo Ministro Malan, do controle da inflação tem sido nessa direção. Os senhores se recordarão de que, quando fui Ministro da Fazenda, eu falava à sociedade pelo rádio, pela televisão; e falava porque eu estava, como estou, convencido de que a única maneira de fazer mudar uma sociedade difícil como a brasileira, pela sua complexidade, pela sua desigualdade, pelos seus problemas, é motivando e explicando.

Nós não podemos pensar que uma sociedade do tipo da nossa seja corrigível tecnocraticamente. É necessário ter o conhecimento técnico, é fundamental, mas é necessário que as pessoas entendam o rumo, que entendam por que certas medidas são tomadas, senão essas medidas, às vezes, aparecem como discriminatórias ou cruéis, quando, na verdade, são necessárias e benéficas. Por isso é preciso que haja, sempre, um esforço quase pedagógico de explicação, a cada momento, do por quê da tomada de tal ou qual decisão, por que esta e não aquela; e de mostrar que há um certo sentido de prioridade.

Creio que a exposição feita pelo Ministro Malan, nesta manhã aqui, mostra aquilo que nós, que somos do Governo, sabemos: temos rumo. Temos rumo e não vamos transigir nesse rumo, porque ele é necessário. Digo sempre que a arte da política não é a do possível, é tornar possível o necessário. Sendo necessário, é preciso ser feito.

Freqüentemente nos interpretam mal, não a mim, mas a todos que são protagonistas desse processo – disso esta Mesa não escapa, nenhum de nós escapa disso –; e nos interpretam mal porque imaginam sempre que há uma motivação diferente daquela que é explicitamente dada. Ora, num país como o nosso, nós vamos ter que continuar controlando o processo da inflação. Nós vamos fazer o ajuste fiscal.

É difícil? É difícil. Nós precisamos do Congresso? Precisamos. Vamos insistir junto ao Congresso, vamos avançar a reforma da Previdência, vamos fazer a reforma Administrativa, porque não temos outro meio de fazer o ajuste fiscal senão insistindo nesses temas. E não adianta dizer que a taxa de juros é alta, se não nos dão os recursos para que ela baixe mais, se não temos o equilíbrio fiscal.

Se queremos baixar a taxa de juros, se queremos aumentar a taxa de crescimento, se queremos aumentar a poupança, precisamos fazer as reformas que já estão em marcha – e algumas delas vêm avançando bastante. Por exemplo: conseguimos aprovar na Câmara – e tenho certeza de que o Senado aprovará na próxima semana – uma exoneração do ICMS para produtos de exportação e para alguns tipos de importação. Isso é um passo importantíssimo para quê? Para o desenvolvimento da economia brasileira, para maior capacidade de exportação. Isso foi feito em um mês no Congresso. Que Congresso do mundo aprova uma lei dessa magnitude com a rapidez com que a estamos aprovando? Ouço freqüentemente se dizer: “Houve um obstáculo, não se consegue, está se perdendo tempo.” Não, não se está perdendo tempo: está se ganhando maturidade.

Estão se convencendo setores importante da opinião pública da indispensabilidade do ajuste fiscal.

São temas áridos, quando colocados de forma abstrata, num seminário ou numa reunião acadêmica, mas temas muito práticos, muito concretos, quando se traduz a consequência disso, do ponto de vista do comportamento diário do cidadão, quando se mostra que é por aí que se transforma, realmente, o modo de viver da sociedade. E cabe a nós, políticos, fazermos essa tradução, para que a população sinta a importância do esforço que é feito. E nós vamos continuar nesta rota, independentemente de quaisquer processos.

Há um processo eleitoral, neste momento, no Brasil. Eleições municipais. Qual foi a perturbação que isso ocasionou nos rumos traçados pelo Governo em termos dos ajustes, em termos da economia? Nenhuma. Porque houve amadurecimento. Nem os setores políticos demandam, como no passado poderiam ter demandado, por gastos

que não são possíveis. Mesmo que demandem, não há condição moral daqueles que exercem o Governo, hoje, de cederem simplesmente com o objetivo – que, aliás, seria frustrado em seguida – de ter um resultado eleitoral. Seria frustrado em seguida porque estaria a opinião pública bastante alerta para denunciar a tentativa de, em vez de fazer o certo, fazer-se uma concessão para obter voto. E, em vez de se obter voto, o que se vai obter é a desmoralização da autoridade, e a desmoralização da autoridade é contrária ao espírito de normalização da vida democrática brasileira.

Portanto, isso não ocorre, não vai ocorrer, e é inútil insistir no tema de que haverá uma troca de favores, aqui e ali, para obter tal ou qual coisa. Não. Haverá, isto sim, insistência de opiniões.

Acho que esse é o momento que estamos vivendo, e os senhores sabem disso, os senhores são partícipes desse esforço imenso de reconstrução do Estado brasileiro.

Eu queria terminar reafirmando o que disse, e o que disseram os que me antecederam aqui, sobre o trabalho que está sendo feito no Tesouro Nacional e nas outras instâncias da administração financeira brasileira. Esse trabalho – não me refiro a políticas, mas à reconstrução dos instrumentos de controle; e o Dr. Murilo Portugal expôs, aqui, vários aspectos desse imenso trabalho – teve um dínamo inicial no Dr. Andrea Calabi. E teve continuidade. Não quero mais citar nomes, porque são tantos... Já olhei para o Pedro Parente, já ia citá-lo de novo, parei para não deixar de citar outros que aqui vejo, da Receita, do Tesouro, do Banco Central, etc.

Esse trabalho anônimo, nós, que temos a responsabilidade maior no Estado, como o Presidente Sarney e como eu, que somos chefes de poderes, estamos aqui para reconhecê-lo e para dizer que é graças a esse esforço conjunto que estamos realmente mudando o Brasil. E só podemos mudá-lo porque temos noção da História, sabemos os esforços feitos, aprendemos com os acertos e com os erros. Só queremos uma coisa: que, no futuro, aprendam também com os nossos erros, que teremos erros, e temos erros; e, se possível, que não nos esqueçam completamente.

Muito obrigado.